

Deus, holandeses e o destino de Portugal na imaginação social do Padre Vieira; dois ensaios

Luiz Felipe Baêta Neves Flores

1- Do "Papel que fez o Padre Vieira a favor da entrega de Pernambuco aos Holandeses" (1648)

O "Papel que fez o Padre Antonio Vieira a favor da entrega de Pernambuco aos Holandeses" certamente surpreenderia aos que se habituaram a ler o Vieira sermonista.

A análise que se segue procura apontar alguns dos elementos que distinguem este documento vieiriano, singular e raro a muitos títulos, da parenética do grande jesuíta.

De início, objetivos clara e prontamente definidos:

Conforme a ordem de vossa majestade vi o papel incluso [que] vem a concluir que em caso que os holandeses não queiram vender Pernambuco mais nos convém a guerra, que a paz (...) Mas porque vossa majestade foi servido mandar-me (...) escrevesse as razões que tinha pela parte contrária; seguindo a ordem de vossa majestade [vai] esta resposta (...) (p. 337).

Um "papel" - e este Papel em questão, tem características próprias que o distinguem de sermões, orações, excórdios, cartas, petições - é, sobretudo, um documento que descreve e expõe razões com um estilo que, genericamente, pode ser apontado como escasso nas figuras de linguagem que marcaram Vieira.

Assim, Vieira declara abertamente a origem do texto - uma determinação do rei - a questão de que vai tratar e a atitude que vai ter que observar dali por diante. Menciona claramente seus adversários quanto à questão da guerra com a Holanda, e expõe os fins de sua empreitada.

O Papel tem por destinatário supremo aquele mesmo que o suscitou; pretende convencer o Rei e os antagonistas políticos de suas (de Vieira) posições. Para

tanto, o jesuíta, em aparente posição minoritária, dentre os que o Rei convocara como conselheiros, lançará mão de estratégia discursiva que privilegiará argumentos profanos, com argumentação racional e histórica baseada em informações alegadamente corretas e fidedignas.

O Vieira do discurso inflamado e colorido e aquele das alusões, das alegorias, das afirmações veladas dá lugar a um analista que usa outras formas de escolha retórica e de emprego da sagacidade e do projeto que constitui tanto de sua ação pública.

O *Papel Forte* - como ficou conhecido o texto de que nos ocupamos - começa, como veremos em seguida, a justificar o qualificativo que passou a perpetuar na memória histórica sua nomeação exata e mais extensa.

O documento de Vieira se apresenta sob a forma de um "diálogo". Ou seja, afirma expor as razões de seus adversários para, subseqüentemente, contestá-las ou, ao menos, comentá-las mais ou menos criticamente.

O caráter legítimo e "democrático" desta opção do discurso vieiriano precisa, contudo, ser vista com mais vagar. É *Vieira* quem expõe as posições dos adversários, isto é, ele expõe posições que não estão citadas, como hoje seria corrente mas, na época, já são perfeitamente passíveis de emprego. Não estão citadas as posições nem seus autores, em princípio, são mencionados, tampouco sendo apontados os momentos e circunstâncias em que teriam se dado.

Vieira, na verdade, expõe as opiniões que lhe são contrárias como um "bloco", dando coesão e homogeneidade a uma série de posições possivelmente múltiplas, diversas, matizadas. Certamente, responder a um "bloco" facilita o trabalho de contestação do jesuíta; ele passa a ter apenas um interlocutor, interlocutor que é uma "composição" elaborada por Vieira a partir de uma pluralidade.

Tal pluralidade passa a ter uma voz unívoca, sem discrepâncias, "redonda". O que implica na idéia de que esta univocidade, dos partidários da guerra, é uma idéia pública, notória ... e consensual entre os adversários (e no conhecimento público corrente).

Vieira passa a procurar ocupar, deste modo, uma posição de neutralidade e de honestidade pessoal, intelectual e política. Sim, porque afinal ele escolheu o debate livre de segredos, com todas as posições em litígio postas a claro. Ele, neutro, apenas veicula as posições e, honesto, informa o público (aqueles que teriam acesso - direto ou indireto - ao *Papel*) da totalidade da cena de disputa. O que não deixa de ser, também, sedutor porque permite que este restrito público se sinta na posição de julgador, de analista cortesmente municiado por um dos contendores.

O sarcasmo, a ironia, as posições extremadas e expostas de forma tão requintada quanto cortante dão lugar ao equilíbrio. Vieira, no *Papel Forte*, procura alardear ponderação, onde os fatos são enumerados e sopesados. E onde deles se procura fazer um juízo frio e bem exposto, sem necessariamente se ter de lançar mão de suposições, de figuras veladas, nem, tampouco requerem, tais juízos, esforços acurados de interpretação ou, ainda, vasto conhecimento da Bíblia ou de autores consagrados (e muitas vezes de acesso difícil e compreensão rarefeita).

A retórica escolhida procura manifestar aquilo que é racional, prático, exequível. Emprega uma análise factual que se pretende resolutamente prisioneira da realidade "tal como ela se apresenta". É uma análise da situação histórica não somente portuguesa, mas desta no quadro da conjuntura internacional.

Mantendo sua habitual posição pragmatista e teleológica, o que Vieira tem por escopo é a preservação de Portugal e de seu império, ainda que haja preços, inexoráveis, a pagar naquele momento, como um acordo ou a perda total de Pernambuco para os holandeses. Estes, aliás, aparecem em mais de um momento como "respeitadores do direito". O que enseja lembrar o caráter profano e político deste *Papel*: não se fala, como em muitas outras ocasiões, da "renegada religião" dos holandeses e, sim, do seu indicado "respeito pelo direito", ou seja, fala-se da possibilidade dos portugueses verem seus acordos respeitados pelo temível império do norte.

O caráter profano, o texto marcado pela secularidade, sempre é bom lembrar, guardam uma finalidade maior, um objetivo último e supremo que é religioso. Afinal, o império português, quer se trate de Pernambuco ou de Goa, é um império estabelecido ou, antes, tornado possível pelo desígnio divino. E tem por finalidade maior a expansão do catolicismo e o combate aos hereges e o socorro aos que desconhecem o único e verdadeiro Deus.

Certamente que Vieira dá isso tudo por suposto e por todos sabido, além do que seria ao menos inoportuno para sua causa (a paz com os holandeses) ficar lembrando e fazendo lembrar questões religiosas que só açulariam os ódios aos avanços daqueles protestantes.

* * *

Retomando o que dissemos sobre a sabedoria política expressa pelo caráter dialogal constitutivo do texto e indo adiante, podemos considerar que, como vimos, Vieira ao expor suas razões procura sempre confrontá-las com os argumentos dos adversários. De modo tal que é como se eles os "incluísse", os absorvesse no seu (dele, Vieira) discurso, perfazendo um conjunto único, em que o Autor passa,

lentamente, a "controlar" a situação discursiva "total", de si e do outro. Esse "efeito de inclusão" nunca se anuncia como tal, nunca diz seu próprio nome, prefere uma presença anônima e silenciosa.

Vieira procura apresentar seu texto como a expressão da "verdade dos fatos", como uma *continuação escrita* daquilo que é "evidente"; é uma escrita que não precisa de mediação ou tropos pois que é a realidade mesma exposta sob forma gráfica. O imaginário da "sentença judiciosa e sensata" é reforçado de forma sutil, gradual pela apresentação de supostos - não digo falsos, necessariamente - fatos que são duros de expor para alguém que afirma só desejar o esplendor do império português e de seu Deus. O que muitas vezes nos é afirmado pelo Papel Forte é que este império padece, em muito, de pujança, de força e densidade, ao menos naquela quadra.

Esta visão do esgarçamento e da debilidade imperiais, se é um dever da verdade evidenciá-la, é, tal visão, adequada aos propósitos de outra verdade que é a do desejo vieiriano de cotejar os impérios de Portugal e Holanda. A comparação resulta em cenário cheio de contrastes que desenham claramente o desequilíbrio dos poderes em questão sendo a superioridade do adversário dos portugueses flagrante.

O *Papel Forte* não se limita aos objetivos precípuos que lhe deram origem: a deliberação, pelo rei, se deve ou não fazer guerra à Holanda pela posse de territórios pernambucanos; faz uma avaliação global da conjuntura histórica em que se dá a disputa.

Daí, um dos "pontos fortes" deste *Papel (Forte)*: a análise mundial que Vieira faz é, a mais de um título convincente... e espantosa. Apresenta informações detalhadas sobre, praticamente, todo o império português do ponto de vista militar, político (geopolítico em especial), diplomático, demográfico, econômico. Quanto à Holanda, o volume de suas inúmeras informações é, do mesmo modo, impressionante. Se usássemos vocabulário de nossos dias, nosso Autor surge como um compósito, que incluiria, em seu afã de tudo "cobrir", um etnógrafo, um jornalista, um geógrafo, um analista político e um estrategista.

E mais: Vieira examina não apenas a situação atual da questão como aponta para possíveis desdobramentos de eventuais deliberações que venham a ser tomadas. Este trabalho de caráter prospectivo aproxima-o das tomadas de decisão que forem escolhidas, ou seja, ele não apenas descreve, como conselheiro real obediente, a realidade mas procura influenciar no passo político seguinte do poder central que é o das escolhas efetivas do que se vai por em prática. É patente que o "etnógrafo" e o "político" se vinculam, como vimos. Aquilo que poderíamos chamar de "mas-

sa documental" se dispõe de forma a dar fundamentos e justificativas à "proposta política" prevista pelo inaciano.

Cabe aqui um momento de reflexão sobre a "mudança estilística", se assim podemos generalizar, de Vieira. Isto é, ele escreve este texto muito mais como um político, um "sábio leigo" e um estrategista do que como um sacerdote. Ainda que se saiba - e se soubesse - do temperamento e da ação políticos de Vieira, constitutivos de sua personalidade de ator histórico, ainda assim cabe a indagação: qual o efeito prático-social desta mudança radical do escritor relativamente ao conjunto de seus escritos? Buscaria ele - deliberadamente ou não - assombrar seus adversários ou inimigos pela capacidade de mudança formal da escrita ou, mais, pela soma inaudita de conhecimentos da história humana que vive? Isto em alguém que era, e ainda hoje é, afamado pelo modo singular de expor o saber do sagrado, pela Bíblia e pelas "autoridades" que menciona em sua oratória. Pergunto se este "novo Vieira", se a expressão me é permitida, somado ao já conhecido não fortaleceria a força de suas palavras e o poder da posição a partir da qual combate.

A pletera de informações - muitas vezes referente a lugares longínquos, de acesso difícil e de comunicação "lenta" e escassa com a metrópole - parece ser um elemento dissuasório empregado por Vieira. O que isto quer dizer? Que ele manifesta saber torrencial e acachapante da "realidade" a ponto tal que torna irrespondíveis - ou de difícil resposta - suas afirmações. Ou, pelo menos, inibe, faz pensar duas vezes àquele que pretenda apresentar outras "realidades", informações diferentes - ou, simplesmente amedronta o interlocutor eventual que se vê diante de um castelo de saber de altíssimas muralhas. Como ilustração da minúcia do conhecimento estampado por Vieira, falando da África:

Na conquista pela terra dentro [de Angola], em distância de trinta até cinqüenta léguas, temos quatro fortalezas. A de Mansangano, entre moradores e soldados tem trezentos; a de Embaça duzentos, a de Muchima cinqüenta; e a de Comibom o mesmo número (p. 389).

De onde, afinal, vêm todo este saber ou, mais precisamente, como pôde Vieira ter acesso a informações tão exatas de regiões tão afastadas ou menores política, econômica e militarmente? Como dissemos acima, estas perguntas sequer são propostas; a "realidade" de Vieira se supõe como auto-evidente, não precisa, como ele o fez em tantos sermões ou na defesa perante o Santo Ofício, mencionar fontes ou "autoridades" consagradas que comentassem o que ele, Vieira, afirmava.

O objetivo do jesuíta parece ser o da "conclusão" da querela pela "submissão"

dos adversários a seu saber. Suas escolhas retóricas não indicam a pretensão de que haja uma continuação do debate ou um desdobramento do diálogo. Ao menos, ele jamais menciona ou propõe tal possibilidade.

Examinemos mais de perto a eventualidade: a continuação ou desdobramento encetados pelos seus opositores teriam que levar em conta, ainda que parcialmente, os dados lançados pelo sacerdote; quem os levantaria (e como) em tempo hábil e se tratando de ponto de tanta relevância e urgência?

Mesmo que se viesse a suspeitar da veracidade de certos dados que baseiam as análises ... alguns deles são de conhecimento público mais amplo o que acaba por lançar um manto de veracidade sobre todos os outros.

* * *

O Vieira deste *Papel*, procura vencer rapidamente, de um só golpe, por uma escrita majoritariamente fria e expositiva que visaria o bem de Portugal. Mas este Vieira não deixa de lembrar o de outros momentos e de outras práticas discursivas. Especialmente no que tange à preferência retórica pela pletora. É um discurso "excessivo" que erige e devora os adversários, sempre que possível, e deles só espera alcançar o convencimento do erro por eles cometido e/ou a rendição que busca alcançar pela confissão, abandono ou emudecimento do antagonista.

* * *

2 - Do "Sermão pelo bom sucesso das Armas de Portugal contra as de Holanda" (1640)

Na abertura do *Sermão*, Vieira anuncia o que pretende pregar e aponta a origem histórico-teológica da oração que fará em seguida. Em suas palavras:

A nenhuma outra província de Portugal vem mais a justo o Salmo XLIII de Davi que à província do Brasil (...) Não são os reis, que se mudaram, a causa dessas diferenças. Davi piedosamente atrevido, volta-se contra Deus, o que também faz o pregador, pregando não ao povo, mas a Deus (p. 181).

Nestas linhas-de-força, funda-se, aqui, a oratória vieiriana. Vale ressaltar que elas estão presentes no que se poderia chamar de "teoria geral do sermão" em Vieira. Este, lança mão de um texto sagrado e passa a considerá-lo como uma "forma primeira" de uma situação histórica posterior. O Salmo citado será, então, uma espécie de pré-figuração de um acontecimento real, terreno; cabe ao saber cristão identificar

tal acontecimento no texto primordial; cabe descobrir, pela interpretação, onde, nos *atos* acontecidos, a presença do texto que, nesse sentido, lhe deu origem.

É decisivo lembrar que os textos sagrados, bíblicos, são a expressão escrita de situações efetivamente vividas; relatam o que de fato aconteceu e, eventualmente, o comentam. O que Davi comenta, neste caso, não é apenas o que está "originalmente" em seu Salmo; ele tem o poder de, nas palavras de Vieira "mais que isso; tem o poder de descrever os desgraças do Brasil, literalmente" (cf. p. 181).

Vieira declara que encontrou, na Bíblia, a situação desaventurada que vive - ele e os seus - na Bahia. Texto santo e fato profano são confrontados, compatibilizados, entre-traduzidos. A descoberta desta *cena bíblica revivida* em novas cores e aparências não é meramente um êxito intelectual-religioso; é uma garantia do que Vieira se propuser a evidenciar. O texto bíblico que dá conta de fatos passados assegura ao menos a seriedade do que será dito sobre o presente. Ou seja, Vieira não estaria dizendo o que lhe aprouvesse e da forma que escolhesse. Seus ouvintes e possíveis interlocutores terão que considerar que a Bíblia, ao menos em princípio, foi analisada, uma de suas passagens foi acuradamente escolhida e o jesuíta não pode, precipitadamente, ser considerado irresponsável, leviano ou opiniático. Isto porque ele invoca uma "autoridade" - termo que à época, a meu ver, indica texto ou pessoa capaz de comprovar ou consagrar uma posição que se esteja a defender.

À autoridade bíblica, no caso, se soma, ou melhor, é ressaltada a figura significativa de Davi, rei e profeta, a quem Vieira designa como o exemplo que seguirá. Não seguirá a qualquer um, mas a Davi, que lhe servirá de apoio fundamental para o propósito maior de seu discurso que requer aliado muito poderoso pois seu sermão "(...) volta-se contra Deus" e a ele se dirige expressa e diretamente: "estará pregando não ao povo, mas a Deus".

Diz Vieira: "Não são os reis, que se mudaram, a causa das diferenças" (p. 181). As "diferenças", resumidamente as desgraças da guerra de Portugal contra a Holanda na Bahia, não se devem a razões profanas ou terrenas; deve-se, sim, à "atuação" de Deus. E do próprio Deus, não de nenhum de seus próximos ou escolhidos, nem, tampouco, de instrumentos indiretos (ou a serem decifrados) de que Ele lançasse mão.

Deus, para Vieira, com todas as ressalvas e declarações de obediência feitas, é, então, um *interlocutor* ou ao menos um ouvinte. E um ouvinte que efetivamente possa ouvir - e levar em conta - as palavras de Vieira. Este, como sabemos, não

prega - ou talvez mais que isso - não age sem objetivos previamente definidos. Se ele se dirige a Deus é porque imagina que Ele não só o ouvirá como mudará os rumos de sua divina atuação na guerra em questão.

É curioso notar que, cautelas tomadas, Vieira supõe que haja um plano qualquer em que Deus se "humanizasse" (cf. adiante). Afinal, Ele é um ator da história secular/humana; um ouvinte de sermões - e sermões de temas ásperos, profanos e críticos a formas ocasionais de Sua atuação; alguém, se é que podemos empregar a palavra, que, sendo eterno, é capaz de mudar de atitude.

Tal interferência divina desvela uma singular teoria vieiriana da história e da política. A história humana, ao que se pode depreender, tem uma evolução própria, autônoma. O que se daria na maior parte do tempo, no correr comum da história. História que, entretanto pode sofrer a *intervenção divina* sem prévio aviso, ao alvitre de Deus. E intervenção, como vimos, de forma direta e, mesmo, repetida ou continuada.

Ainda quanto a tal intervenção, note-se que ela diz respeito, também, ao imaginário político do inaciano. Refiro-me, em especial, ao império português; seus reis são multiplamente qualificados em diferentes momentos como "representantes" de Deus na terra. O que não parece impedir, como se vê não apenas na abertura que citamos mas em todo o *Sermão*, que seu papel seja, de fato, largamente suplantado pelo que Deus decide realizar. São reis, continuam reis e católicos, seu império faz parte do desígnio divino mas, na ocasião, são "ignorados" pela ação divina.

Quanto à participação divina na construção do império, diz o *Sermão*, referindo-se a Deus: "Vossa mão foi a que venceu e sujeitou tantas nações bárbaras, belicosas e indômitas, e as despojou do domínio de suas terras, para nelas os plantar, como plantou com tão bem fundadas raízes, e para nelas os dilatar, como dilatou e estendeu, na América" (p. 182). Plantou, dilatou e estendeu os portugueses; estes são pois, os escolhidos por Deus para a tão divina empresa que é a implantação da católica palavra sagrada por todo o mundo.

Mundo visto como espaço sem propriedades territoriais singulares e estanques à ação divina. E é bom que se saliente a palavra *ação*; a missão é um universo de luta, ocupação e expansão enquanto espaço houver a ser ocupado na terra.

E estes portugueses lutadores parecem inexplicável e subitamente abandonados pela graça divina. O que Vieira aponta e verbera: "Porém agora, Senhor, vemos tudo isto tão trocado, que já parece que nos deixaste de todo, e nos lançastes de Vós, porque já não ides diante das nossas bandeiras, nem capitaneias como

dantes os exércitos (...)” (p. 183). A presença divina surge, aí, como indispensável à vitória; se os portugueses perdem é porque Deus os abandonou ... Abandono que é sofrido como o de um povo destemido mas subordinado à força superior do Divino, sem o qual está fadado à derrota. Eles, os portugueses, dependem, para vencer, deste Companheiro quase sempre invisível mas cujo apoio lhes é decisivo.

A ausência deste sopro divino animador e revigorante já não se sente apenas na derrota político-militar mas alcança a própria alma, a própria dignidade do português vencido:

Não fora tanto para sentir, se perdidas fazendas e vidas, se salvara ao menos a honra; mas também a passos contados se vai perdendo; e aquele nome português tão celebrado nos anais da fama, já o herege insolente, com as vitórias o afronta, e o gentio de que estamos cercados, e que tanto o venerava e temia, já o despreza. (p.183).

Insistimos, com prazer, em citar o próprio *Sermão* porque ele é exemplo extremo de características que não são raras à oratória vieiriana mas que, aqui, assumem singular vigor. Como no trecho logo acima citado, em que se descreve uma cena de *absurda derrota total*, que inclui da economia, à vida física, à existência moral, à humilhação diante dos inimigos de Deus e ao fracasso do tremendo esforço missionário quanto ao herege. Nada escapa à derrocada; o desaparego divino é acabrunhante, absoluto.

Vieira se socorre das palavras fortes de Davi para inquirir Deus. Lamenta o seu descaso, como se Deus estivesse a dormir, e pede-lhe que ouça os reclamos dos seus filhos abandonados e, afinal, injusta ou excessivamente punidos. Indaga de Deus suas razões, repetidamente. Diz, então, Vieira:

Finalmente, depois destas perguntas, a que supõe que não tem Deus resposta, e destes argumentos, com que presume o tem convencido, protesta diante do tribunal de sua justiça e piedade, que tem obrigação de nos acudir, de nos ajudar e de nos libertar logo. (...) E para mais obrigar ao mesmo Senhor, não protesta por nosso bem e remédio, senão por parte de sua honra e glória (...). (p. 184-5).

A posição assumida pelo discurso (tanto de Davi quanto de Vieira) diante de Deus, ou, melhor, o Deus que constituem é vinculado pela *ambivalência*. Ora tem estatuto *divino* - afinal, é Deus... - está na gênese de tudo e todos, acima do Bem e do Mal, superior a qualquer força humana ou extra-humana; situa-se em plano

que está (é) acima e além da vida e da morte; merece respeito e obediência; deve diuturnamente ver sua palavra universalmente conhecida, em especial pelo trabalho missionário. Ora este estatuto divino é delineado como *humano* - ou muito próximo disto. Afinal, ele pode ser não só invocado mas criticado, acusado de desinteresse e ausência - como se estivesse a dormir - e "chamado à razão". Além disso, teria, como qualquer mortal, obrigações a que não poderia faltar... e a que deveria atender com urgência! Como último e extremado lance, é lembrado ao Senhor (como se conhecesse a terrena fraqueza do esquecimento...) que Ele deve, ao menos, cuidar de Si (de Sua "honra e glória") visto que não parece decidido a cuidar dos homens (por seu humano "bem e remédio").

Vieira, por Davi, "despertando" Deus, tenta seduzi-lo, convencendo-o de que fará algo que se assemelha a um "bom negócio": despertar para tratar de sua "honra e glória". Vieira, sabiamente não o diz (talvez para não "alertar" Deus para o fato) mas tal "honra e glória" sagradas só se darão por uma vitória, humana e missionária, do catolicismo na terra - e liderada pelos portugueses. Com o que o ciclo se fecha... e Deus, cuidando de Si, trataria, afinal, do bem de seus filhos diletos.

Esta peculiaríssima ambivalência tem ponto culminante em afirmação clara e direta de Vieira. Ele a faz tendo como pano-de-fundo o esforço evangélico feito diariamente pelos padres, junto aos leigos, nas duas últimas semanas, na Bahia:

Todos estes dias se cansaram debalde os oradores evangélicos em pregar penitência aos homens; e pois eles se não converteram, quero eu, Senhor, converter-vos á vós. Tão presumido venho de Vossa Misericórdia, Deus meu, que ainda que nós somos os pecadores, vós haveis de ser o arrependido. (p. 185).

Este trabalho de "conversão de Deus a si mesmo" é, certamente, raro na literatura religiosa da época - ou, creio, de qualquer época. Resumidamente, Vieira pretende *converter* Deus pelos motivos já expostos, pelo descabimento do abandono e desgraça dos portugueses da Bahia, pela incongruência que representa o abandono dos católicos diante de hereges e gentios. Vieira afirma sua fidelidade (o que reforça sua posição) para *criticar* Deus. E termina, fulminante, a primeira parte do Sermão da seguinte forma, após sumariar alguns aspectos de sua súplica/crítica: "E se para isto não bastam os merecimentos da causa, suprirão os da Virgem Santíssima, em cuja ajuda principalmente confio. Ave Maria" (p. 186).

Extremado, Vieira *ameaça* Deus. Ele assemelha a Sagrada Família a uma família humana em que a Mãe teria papel prevalente. E supriria as falhas do Filho

e, talvez mesmo, o castigasse por erros cometidos. Nosso jesuíta parece *prevenir* Deus da possibilidade de interferência de Sua Mãe, que surge como instância última, aparentemente independente - ou superior? - a Deus. Há, de qualquer forma uma diferença e uma desigualdade entre Deus e a Virgem Santíssima sem o que Vieira não poderia provocar com "(...) em cuja ajuda principalmente confio" (idem - grifo meu - L.F.B.N.). E nosso Autor encerra esta parte inicial do *Sermão* com uma *Ave Maria ...* Voltaremos ao assunto.

* * *

O *principal beneficiário* do divino descuido é aquele que Vieira denomina, generalizando, de "o herege". Sabemos que este "herege" abrange vários povos e confissões mas, no caso, ele tem nome bem preciso e escrito (pronunciado) com rancor. Como em:

(...) Olhai, Senhor que já dizem. Já dizem os hereges insolentes, com os sucessos prósperos que lhes dais ou permitis, já dizem que porque a sua, que eles chamam religião, é a verdadeira, por isso Deus os ajuda, e vencem; e porque a nossa é errada e falsa, por isso nos desfavorece e somos vencidos. (...) [É possível] Que diga o herege - o que treme de o pronunciar a língua - que diga o herege que Deus está holandês. (p. 188-9).

Na seqüência, Vieira chama "o holandês" de "pérfido calvinista".

O inimigo, para a dramática visão vieiriana, é uma "nação", como ele diria, a dos holandeses. Povo que em sua totalidade, mais que absoluta no discurso, é calvinista e, assim, como qualquer protestante, "pérfido". Ou, para sermos mais exatos, toda a "malignidade holandesa" pode ser tratada com outras tintas (cf. Papel Forte). Não que deixe de existir, de ser mas, quem sabe?, pode, como o próprio Deus, não ser holandês mas estar holandês (como, é claro, Vieira diz que não é ele que diz mas "dizem" e ele, cioso, repete).

Os inimigos não são apenas os holandeses. Vieira passa a ver uma adequação entre heresia e gentildade, em conluio daninho e que aponta para as repercussões sociais causadas pela "incompreensível posição divina": "A seita do herege torpe e brutal, concorda mais com a brutalidade do bárbaro: a largueza e soltura de vida, que foi a origem e é o fomento da heresia, casa-se mais com os costumes depravados e corruptos do gentilismo (...)" (p. 189). Há um ponto social específico que Vieira mencionou e que não fica evidente em sua fala beligerante: o gentio, que,

vendo a vitória holandesa, para ele se volta porque, afinal, Deus estaria com eles (diz Vieira adiante). O que significa que todo o trabalho missionário, todo o enorme sacrifício jesuíta, em nome da propagação da Fé foi devastado pelo principal beneficiário desta ação benemérita: Deus. O que Vieira não percebe é que ele revela uma face (talvez todas as faces) do que pensa sobre que os indígenas efetivamente são, com ou sem trabalho missionário: brutos, depravados e corruptos. Pois se, à primeira derrota, bandeiam-se para o inimigo... eles, indígenas, mostram o que verdadeiramente são, regridem à sua mais profunda realidade... o que não deixa de ser uma involuntária confissão do fracasso das missões, frágeis e epidérmicas em sua faina de converter almas e submeter corpos.

* * *

Deus é responsável pela história humana e Vieira atribui a esta responsabilidade uma ética, uma racionalidade (um caráter razoável), uma possibilidade do Juiz Supremo ser julgado. Assim

(...) tirais estas terras àqueles mesmos portugueses, a quem escolhestes, entre todas as nações do mundo para conquistadores da vossa fé, e a quem destes por armas, como insígnia e divisa singular vossas próprias chagas. E será bem, Supremo Senhor e governador do Universo, que as sagradas Quinas de Portugal, e às armas e chagas de Cristo, sucedam as heréticas Listas de Holanda, rebeldes a seu rei e a Deus? (p. 191).

A sociedade terrena é, pois, uma expressão ou um espaço de continuidade da cidade celeste; Deus é não apenas Senhor (Supremo) mas governador do Universo; a Ele cabe a gestão dos assuntos humanos e Ele tem a incumbência da escolha dos papéis - e dos atores - da imensa cena que dirige e preside. É significativo, igualmente, notar como Vieira atribui a Deus a escolha de portugueses para tarefas tão árduas quanto gloriosas sem que julgue necessário apontar como se deu tal escolha, onde foi anunciada, por quem foi justificada e difundida. Dá-se tudo isto por "óbvio", "natural" ou "consabido"... e basta, da mesma forma, atribuir heretismo para estigmatizar holandeses e, agora, o gentio.

A *crítica acerba*, feita a Deus, como se Vieira se dirigisse a um humano qualquer, tem, em passagem significativa, o reconhecimento da audaz periculosidade da linguagem que emprega: "Mais santo que nós era Josué, menos apurada tinha a paciência, e contudo, em ocasião semelhante, não falou - falando convosco - por diferente linguagem" (p. 192).

Eis um Deus, acessível, franco e aberto, a quem os homens podem se dirigir, a quem podem, mesmo, falar. E não é sem prazer que podemos perceber Vieira, *en passant*, afirmar que sua paciência era "menos apurada" do que a de Josué ... apesar de sua menor santidade (o que passa a, não pouco, qualificar nosso Autor). Vieira se resguarda com a figura bíblica de Josué não para justificar erro passado que houvesse (Vieira) cometido mas para permitir analisar, o que ainda tem por dizer de severo, no *Sermão*.

* * *

O clímax da "sagrada ira" de Vieira, ele o atinge quando questiona a identidade de Jesus e se permite outros "atrevimentos":

Se sois Jesus, que quer dizer Salvador, sede Jesus e sede Salvador nosso (...) Recebei influências humanas de quem recebestes a humanidade. Perdoai-nos, Senhor, pelos merecimentos da Virgem Santíssima. Perdoai-nos por seus rogos, ou perdoai-nos por seus impérios, que se como criatura vos pede por nós o perdão, como Mãe vos pode mandar, e vos manda que nos perdoeis. Perdoai-nos, enfim, para que a vosso exemplo perdoemos, e perdoai-nos também a exemplo nosso, que todos, desde esta hora, perdoamos a todos por vosso amor (...) (p. 205).

(Que nos seja relevada a extensão da citação mas seria desastrosamente reductor e desvirtuador tentar substituir a extraordinária - a vários títulos - passagem de Vieira por um resumo ou alusão.)

Os pontos de extremo interesse da passagem não são poucos. Ressaltemos alguns, como o da dúvida de Vieira quanto à real identidade de Jesus, daquele Jesus. O que é decisivo para a teologia vieiriana é que ele só pode provar que é Ele, Jesus, pela ação. Vieira interpreta, questiona a identidade daquele personagem (qual?) porque ele parece - e pode - ser Deus mas, note-se bem, Deus tem que ter comportamento divino. Ou seja, existiria um Deus paradigmático, modelar que pode se distinguir ou mesmo se distanciar do Deus que está atuando diante dos olhos humanos e sobre (dentro de) a sociedade terrena. Vieira supõe, então, a possibilidade de um julgamento deste Deus-em-erro pelo Deus modelar. O juiz deste julgamento seria o "verdadeiro cristão", e cristão muito especial, porque ungido por Deus, que é o português e, na oportunidade, este cristão porta-voz do (verdadeiro) Cristo e de Portugal que é... Vieira.

Ainda nesta riquíssima passagem, sublinhe-se o elogio da humanidade. Afinal, Deus recebeu dos homens Sua humanidade, o que é dito sem nenhum alarde

especial e, mais, como constatação positiva: Deus é (também) humano. Tal "humanidade divina" é histórica, não apenas porque tem sua gênese nos homens mas porque deve continuar a Se modificar pela ação; pelas influências que apontam não apenas para uma necessidade de relacionamento mas para um fluxo, uma interação, entre sagrado e profano, entre o Eterno e o contingente.

Vieira repete aqui, e vale a pena que o tornemos a assinalar, o chamado à razão feito a Deus. Ou melhor, o chamamento à ordem visto que Deus parece querer ignorar a ordem, a hierárquica ordem que vem de sua Mãe como Autoridade Máxima (a expressão é minha - L.F.B.N.) e que determina que a Providência atenda os portugueses. A relação de caráter humano-familiar estabelecida por Vieira, entre a Mãe Celeste e seu filho, como um reflexo humano (?) na Sagrada Família tem objetivos evidentes e origem obscura. Penso na obscuridade da origem da "opção preferencial pelos portugueses" feita por Maria: onde, quando, por que como foi feita? A tal obscurantismo se contrapõe a clareza dos objetivos: tornar Deus obediente (!) aos desígnios maternos, que contemplam Portugal.

Esta indagação sócio-teológica jesuíta, se assim a podemos nominar, tem, na passagem citada, outro ponto fundamental. Está na profusão de usos do verbo "perdoar" e que, atenção feita, permite supor que - ao lado do pedido de perdão para si e os seus - Vieira passa a dizer que devemos também (como Deus) perdoar. E, perdoar (naquele "perdoamos a todos") o próprio Deus?

* * *

A *secura*, a expressão clara, a intenção direta; as informações abundantes e factuais; a análise que se apresentada ponderada e realista são, vimos, características centrais do *Papel*. A exuberância, a eloquência inflamada, a crítica exacerbada; a invocação a "autoridades" e à *Bíblia* como formas de fortalecer o discurso; a interpelação inusitada a Deus e a invocação à Virgem Santíssima assinalam o caráter religioso do *Sermão*.

A primeira observação, em que não nos deteremos, aponta para a *dificuldade* em se estabelecer continuidades fáceis no estudo de formações discursivas, especialmente quando a assinatura é única em textos tão diferentes. Como agrupar, como recortar teoricamente trechos - no caso, sendo um deles um sermão, voltado para oralidade, para a presença cênica do orador e para uma situação "teatral" que inclui ouvintes de diferente origem social e cultural - sem que caiamos em posições essencialistas que supervalorizam o "Autor" e o ligam umbilicalmente a tudo que se lhe atribui como "Obra", homogênea e "geneticamente" filha de seu Pai (Autor)?

No *Papel* e no *Sermão* há um singular tom dialogal. No primeiro, Vieira "reúne", a seu arbítrio, todas as posições que lhe são contrárias e as transforma em um opositor único. A este interlocutor - indiviso e sem voz "pessoal" ou "direta" no texto - Vieira rebate, do modo que observamos, com a estratégia retórica da informação trasbordante e da análise isenta de ilusões ou emoções. No *Sermão*, há outro tipo de diálogo, se a palavra correta for esta, com Deus. Vieira se dirige a Ele, interpela-o diretamente não por Seu verbo mas por suas ações históricas, terrenas, adversas, segundo o jesuíta, aos portugueses e ao próprio Deus. Fala, Vieira, a um interlocutor "adormecido" que "fala" por Suas obras - e precisa ser alertado por sua Santíssima Mãe.

É decisivo notar que os percursos retóricos sendo tão diversos, as escolhas semânticas tão díspares e a origem e destinação dos textos tão distantes permanecem dois traços de identificação entre o *Papel* e o *Sermão*. Ou, pelo menos dois são os traços que destaco. O primeiro é o caráter teleológico dos dois documentos históricos escolhidos; Vieira vai, de um ou outro modo, abrindo caminhos para um fim determinado, para um objeto que estabeleceu ao elaborar o texto ou a fala que torna pública. O segundo é a intenção de salvar e fazer progredir os portugueses, escolhidos de Deus na terra, nas palavras do inaciano. E vimos que o caminho para a manutenção da missão lusa passa por caminhos bastante diferentes, em momentos não muito distantes temporalmente.

No *Papel*, temos a "história terrena", humana, em que os argumentos visam resolver questões históricas concretas; Deus é um pano de fundo... e um objetivo. No *Sermão*, Vieira revela não exatamente a *interferência divina* nos negócios humanos mas a interferência errada que Ele promove. E, ressaltamos, procura uma "humanização" de Deus, que acaba por caracterizar uma *vida celestial-terrena*, e vice-versa, em planos que se intercambiam e, por vezes, se alternam e se misturam.

No *Papel*, predomina um estilo prudente, sem cores muito fortes ou contrastantes. No *Sermão*, há pungências, diatribes, necessidades de decisões cabais, julgamentos. No *Papel*, Vieira postula o compromisso, o acordo, a paz.

Fontes

1. "Sermão pelo Bom Sucesso das Armas de Portugal contra as de Holanda". In: *Sermões*. Padre Antonio Vieira, revisão de Francisco Ozanam Pessoa de Barros; supervisão do Padre Antonio Charbel, S. D. B. e de A. Della Nina; introdução e supervisão técnica de Luiz Felipe Baêta Neves. Erichim: EDELBA, 1998, volume III.

2. "Papel que fez o Padre Vieira a favor da entrega de Pernambuco aos Holandeses (Papel Forte)". In: *Escritos Históricos e Políticos*. Pe. Antonio Vieira. Estabelecimento dos textos, organização e prefácio de Alcir Pécora, São Paulo: Martins Fontes, 1995.

Resumo

O artigo reúne dois ensaios sobre textos de Vieira publicados na primeira metade do século XVII. Tratam da posição a ser tomada pelos reis portugueses diante das "invasões holandesas" no Brasil.

O primeiro é um Papel; escrita objetiva, trata de fatos e oferece comentários que ajudem os mandatários portugueses a escolher entre acordos de paz e a continuação da guerra. Vieira analisa as possibilidades de Portugal e seus efeitos para o império luso.

O segundo texto comentado é um Sermão. Típico dos sermões de Vieira, este tem escrita (fala) bem diferente do Papel; as cores são vivas, a emoção impulsiona o texto. Tem como principal foco de atenções a "atuação divina" naquela disputa.

Ambos os textos se deixam vincular pela índole teleológica do discurso vieiriano e por seu desejo de manter e expandir o império português.

Palavras-chave: Colonialismo; Portugal; Igreja; Religião; Holanda.

Abstract

The article covers two essays on Vieira's texts published in the first half of the XVII century, which deal with the position to be taken by Portuguese kings in view of "Dutch invasions" in Brazil.

The first one is a Paper, an objective writing, that deals with facts and offers some comments that would help Portuguese mandataries choose between peace agreements and the continuation of war. Vieira analyzes the chances Portugal would have and the effects upon the Portuguese empire.

The second text, fully commented, is a Sermon. Typical of Vieira's sermons, this one has a language different from that of the Paper, its colors are vivid, emotion drives the text. It has as main center of attention the "divine action" - God's hand - in that conflict.

Both texts are marked by the teleological nature of Vieirian discourse as well as by his desire to maintain and expand the Portuguese empire.

Key-words: Colonialism; Portugal; Church; Religion; Netherlands.